

Editorial

A Equipe Editorial e a Escola de Direito da Universidade Potiguar (UnP) apresentam à sociedade acadêmica a edição n.º 1, volume 10, da Revista Juris Rationis, cuja publicação, inaugurando seu 10º volume, não poderia ser mais especial, afinal alcançamos três indexadores internacionais:

- (i) REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico;
- (ii) Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; e
- (iii) Google Scholar.

As últimas inovações legislativas e as demandas atuais da sociedade complexa são o foco desta edição. O contexto social não pode ficar à margem do debate acadêmico, de modo que os reflexos da mudança do Direito devem ser percebidos e refletidos na perspectiva da concretização dos direitos fundamentais e na responsabilidade na gestão pública.

Assim, nas páginas a seguir, temáticas com responsabilidade penal tributária e a intervenção estatal no poder familiar, por exemplo, permeiam o meio jurídico para levar aos nossos leitores um acervo de ideias inovadoras para questões jurídicas atuais. Tratam-se, mais especificamente, dos seguintes assuntos:

- (i) **PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO: EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL**, de autoria de José Joerlan Holanda Silveira, aborda a tese de que o valor suprimido ou reduzido do tributo deve caracterizar a aplicação do princípio da insignificância na esfera penal;
- (ii) **O PROPÓSITO COMUNICATIVO NA ESTRUTURA COMPOSICIONAL DA PETIÇÃO INICIAL NO NOVO CPC**, de autoria de Cleber Cesar Magno de Freitas e Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva, considera o propósito comunicativo na estrutura composicional da petição inicial no novo Código de Processo Civil – CPC, procurando, especificamente, verificar se houve mudanças no Código de Processo Civil de 1973 e no Novo CPC que entrou em vigor em 2016;
- (iii) **AUTISMO FACE A NOVA TEORIA DA INCAPACIDADE CIVIL**, de autoria de Renata Luara do Nascimento Lima e Bruna Suellen do Nascimento Lima, propõe a reflexão sobre a nova teoria da incapacidade cível como fator para favorecer os indivíduos portadores do TEA (Transtorno Espectro Autístico);
- (iv) **CRIMINALIDADE E JUVENTUDE: GERAÇÃO À BEIRA DA AUTODESTRUIÇÃO**, de autoria de Ramiro Ferreira de Freitas, traduz mais uma peculiaridade da sociedade pós-moderna, os paradigmas sistêmicos fundantes da rebel-

dia pessoal-institucional dos jovens, refletidos no problema comumente referido como “delinquência juvenil”;

(v) **PANORAMA ATUAL BRASILEIRO DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVO E SUAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO**, de Alessandra Silva Oliveira Martins, retoma o debate importantíssimo do trabalho em condições análogas a de escravidão e suas formas de enfrentamento, seja no plano internacional, seja no plano nacional, seus antecedentes e condicionantes, demonstrando também as influências teóricas e jusfilosóficas quanto aos marcos que perpassam os Direitos Humanos e seus rebatimentos na dignidade da pessoa;

(vi) **A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA RELAÇÃO CONJUGAL: QUANDO A DOR ATINGE A ALMA**, de autoria de Aparecida Souza Santana e Fernanda Priscila Ferreira Dantas, analisa a violência psicológica contra a mulher, o conceito e origem da violência doméstica no Brasil, e, por fim, os abalos psicológicos aos quais são submetidas na relação conjugal;

(vii) **ESTUDO COMPARATIVO SOBRE OS LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO PODER FAMILIAR - LEI Nº 13.010 DE JUNHO DE 2014**, de autoria de Fernanda Kaminik Santos, encerra este número com o estudo da responsabilidade civil dos pais em face dos filhos menores e a atuação direta do Estado com o objetivo de harmonizar tais relações mediante a prestação jurisdicional.

Portanto, convido o leitor a conhecer tão interessantes abordagens para questões jurídico-sociais características da nossa sociedade de riscos, bem como provoço a todos que desejarem contestá-las, no sadio debate acadêmico, escrevendo para futuras publicações da Juris Rationis – *um periódico de fluxo contínuo aberto às pesquisas sobre o direito em geral* – a respeito de assuntos que se relacionem com as linhas editoriais adiante: (i) constituição, cidadania e efetivação de direitos; (ii) democracia e direitos humanos; (iii) pluralismo constitucional, direitos humanos e interculturalidade; (iv) reforma política e direito eleitoral; (v) educação, direito e psicanálise do vínculo social; (vi) constitucionalismo contemporâneo e suas repercussões no sistema brasileiro atual.

Por fim, um agradecimento todo especial, em nome do Corpo Editorial, aos autores relacionados acima e a toda a equipe da Editora da UnP, que contribuíram para o fechamento dessa edição e para o perene desenvolvimento do periódico.

Muito obrigado!

MSc. Fillipe Azevedo Rodrigues

EDITOR DA REVISTA JURIS RATIONIS